

## Memorando 3- 2.313/2025

---

**De:** Jary A. - PRE-COO-PR

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 27/10/2025 às 16:53:34

**Setores envolvidos:**

PRE-AJUR, PRE-COO-SEC, PRE-COO-PR, CCJ, PRE-COO-MS, PRE-COO-RAV, PRE-COO-RLS

### PELO 5/2025

—  
**Jary Vitória Alves**  
*Procurador*

**Anexos:**  
PARECER\_PELO\_05.pdf



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PARECER JURÍDICO

Trata-se de proposições que visam alterar a Lei Orgânica do Município.

Referem-se à eleição dos membros da Mesa Diretora, definição do horário das sessões, convocação de suplentes e fixação de subsídios.

É o sucinto resumo.

Início a análise pela proposta original.

Art. 1º Fica alterada a redação do § 1º do Art. 22 da Lei Orgânica do Município de Canguçu, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. [...]”

§ 1º O mandato dos integrantes da Mesa Diretora da Câmara Municipal será de 1 (um) ano, permitida a reeleição para o mesmo cargo, por mais um período.”

O artigo 29 da Constituição Federal define os parâmetros para a auto-organização dos Municípios, os quais devem observar tanto os princípios nela contidos quanto os previstos nas Constituições Estaduais. Entre os preceitos obrigatórios enumerados nos incisos I a XIV do citado artigo, não há previsão específica quanto à eleição ou ao mandato da Mesa Diretora das Câmaras Municipais. Portanto, a proposta não é inconstitucional.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA! ”



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 2º Fica alterada a redação do caput. Art. 26 da Lei Orgânica do Município de Canguçu, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 26. A Sessão Legislativa Ordinária iniciará na primeira segunda-feira de fevereiro sendo que as reuniões ordinárias serão realizadas as segundas-feiras às 18 horas, as reuniões das comissões, audiências públicas, sessões especiais e de interiorização serão realizadas as quartas-feiras, em horário a ser definido conforme a necessidade podendo ser às 14 horas ou às 18 horas.

É necessário que a Lei Orgânica Municipal estabeleça expressamente o período da sessão legislativa ordinária, pois somente a partir dessa definição será possível delimitar o período destinado às sessões extraordinárias e ao recesso parlamentar. O período não precisa coincidir com o previsto na Constituição Federal, contudo deve fixar o período da sessão legislativa ordinária.

Art. 3º. Fica alterada a redação do § 1º do Art. 42 da Lei Orgânica do Município de Canguçu, que passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 42. [...] § 1º

O suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 3 (três) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante. “

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA! ”



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O § 3º do art. 11 da Lei Orgânica estabelece que o Vereador deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias. Dispor de forma diversa sobre questão idêntica de direito material contrariaria a lógica normativa e ofenderia o princípio da isonomia, ao criar distinção destituída de razoabilidade ou fundamento jurídico legítimo.

A partir de agora passo a analisar a emenda que propõe alterações a proposta de emenda original.

Art. 1º O § 1º do art. 22 da Lei Orgânica, constante do texto do art. 1º do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 5/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º O mandato dos integrantes da Mesa Diretora da Câmara Municipal será de 2 (dois) anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo, na mesma legislatura.”

Os proponentes apresentam como justificativa a intenção de fortalecer a alternância de poder. Contudo, a redação proposta permite que um mesmo vereador permaneça na presidência do Poder Legislativo por um período contínuo de até quatro anos, bastando, para tanto, ser eleito para o cargo nos dois últimos anos de uma legislatura e, novamente, nos dois primeiros anos da legislatura subsequente. Existe, portanto, incoerência entre a justificativa apresentada e o conteúdo efetivo da proposta.

---

<sup>1</sup> § 3º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de 15(quinze) dias, salvo motivo aceito pela Câmara Municipal.

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA! ”



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 2º Dá nova redação ao art. 4º do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 5/2025, que passa a dispor sobre o acréscimo de parágrafo único ao art. 18 da Lei Orgânica do Município de Canguçu, com a seguinte redação:

“Art. 4º Acrescenta-se parágrafo único ao art. 18 da Lei Orgânica do Município de Canguçu, com a seguinte redação:

‘Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal fará jus ao subsídio correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) superior ao subsídio dos demais Vereadores, respeitado o limite máximo previsto no caput deste artigo.’”

A remuneração dos agentes políticos ocorre por meio de subsídio, fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, verba de representação ou outra espécie remuneratória, conforme dispõe o art. 39, § 4º<sup>2</sup>, da Constituição Federal. Dessa forma, conclui-se que a proposta padece de inconstitucionalidade manifesta.

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria Jurídica entende que a proposta apresenta vícios de inconstitucionalidade, tanto formal (por afronta a preceitos da Constituição Federal) quanto material (por violar o princípio da isonomia e contrariar a lógica da alternância de poder).

---

<sup>2</sup> § 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA!”



**CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**Portanto, a proposta revela-se flagrantemente inconstitucional.**

**Com exceção, do art. 1º da proposta original, que não contraria a Constituição Federal.**

**Ressalte-se, contudo, que a manifestação desta Procuradoria não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, uma vez que tais órgãos, compostos pelos representantes do povo, constituem a manifestação efetivamente legítima da Câmara Municipal.**

**Canguçu, 27 de outubro de 2025.**

**Jary Vitória Alves**  
**Procurador da Câmara**

**“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA! ”**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 459C-76A8-B817-7125

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JARY VITÓRIA ALVES (CPF 886.XXX.XXX-53) em 27/10/2025 16:54:09 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/459C-76A8-B817-7125>